



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639968 - RS (2021/0011791-2)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : ANTENOR COLOMBO NETO
ADVOGADO : ANTENOR COLOMBO NETO - RS072874
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : EDERSON RODRIGO MORGENSTERN (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDERSON RODRIGO MORGENSTERN em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n. 0115177-07.2020.8.21.7000).

O paciente teve a prisão preventiva decretada em 4/12/2019, cumprida em 15/11/2020, pela suposta prática dos delitos de tráfico de drogas e de associação para o tráfico.

Sustenta o impetrante a existência de constrangimento ilegal, uma vez que não teria havido, até a presente data, o oferecimento da denúncia, o que ofenderia a Constituição Federal, que garante ao cidadão a razoável duração do processo.

Defende, ainda, a possibilidade de substituição da medida extrema por cautelares mais brandas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, ou, ainda, de extensão dos benefícios concedidos aos corréus, nos termos do art. 580 do referido código.

Requer a concessão da liminar para que o paciente seja colocado em liberdade.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

A matéria de fundo não foi sequer apreciada no acórdão impugnado.

Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância.

Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A crise mundial da Covid-19 trouxe já uma realidade diferenciada de preocupação com a saúde em nosso país e faz ver como ainda de maior risco o aprisionamento, a concentração excessiva, a dificuldade de higiene e as deficiências de alimentação naturais ao sistema prisional acarretam seu enquadramento como pessoas em

condição de risco.

2. Não se verifica ilegalidade no indeferimento do pedido de cumprimento de pena em regime aberto domiciliar, pois, apesar de o paciente, que praticou crime violento (estupro de vulnerável), ter se submetido a cirurgia cardíaca, vem recebendo tratamento médico e medicação no estabelecimento prisional, não tendo sido demonstrado que a sua condição de saúde possa ser atualmente agravada pelo risco de contágio pela Covid-19.

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 579.110/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/09/2020, DJe 14/09/2020)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, inciso XIII, alínea c, c/c o art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência